

## Notas sobre a questão da referência: algumas contribuições da reflexão filosófica para os estudos da linguagem

Notes on the issue of reference: some contributions of the philosophical reflection to the language studies

*Marco Antônio Rosa Machado\**

*\*Universidade Estadual de Goiás (UEG – Anápolis)*

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir a noção de referência, situando-a em relação aos estudos da linguagem, principalmente da linguística. Trata-se de uma tentativa de delimitar o conceito de referência, a partir de algumas teorias que se desenvolveram no âmbito da filosofia da linguagem e da linguística, nos séculos XIX e XX e de elucidar as principais questões linguísticas relacionadas a esse conceito. Tal investigação parte do pressuposto de que há uma relação dialética entre linguagem e exterioridade e busca explicitar essa relação. Por se tratar de uma pesquisa teórica, realizou-se um estudo bibliográfico de autores representativos das teorias que tratam do tema. Nossa investigação priorizou as implicações que diferentes abordagens sobre a referência têm na linguística contemporânea.

**Palavras-chave:** Referência. Filosofia da linguagem. Semântica. Significado. Sentido.

---

---

**Abstract:** The aim of this paper is to discuss the notion of reference, situating it in relation to language studies, mainly linguistics. It is an attempt to define the concept of reference based on theories developed within the philosophy of language and linguistics in the nineteenth and twentieth centuries. The study tries to elucidate the key language issues related to this concept. This research starts from the assumption that there is a dialectical relationship between language and exteriority and tries to make this relationship explicit. Since this is a theoretical research, we performed a bibliographic review of representative authors of theories dealing with the issue. Our study has prioritized the implications of different approaches on the reference to contemporary linguistics.

**Keywords:** Reference. Philosophy of language. Semantics. Meaning. Sense.

---

## Introdução

O objetivo deste texto é o de esboçar um estudo sobre as concepções de referência que se desenvolveram no âmbito da filosofia, de modo a apontar alguns reflexos dessas teorias nos estudos da linguagem, em especial na Semântica e na Linguística Textual.

Convém salientar inicialmente que a proposta aqui esboçada é a de apresentar a noção de referência, mas sem a pretensão de se esgotar o assunto ou de se chegar a uma conclusão definitiva sobre como tal conceito deve ser entendido. O que se busca aqui é apenas a sistematização de algumas reflexões sobre o tema, que tiveram e têm grande impacto teórico sobre os estudos da linguagem na atualidade.

Embora a palavra “referência” tenha sido usada por diferentes pensadores, uma investigação mais minuciosa mostra que ela se refere a noções muitas vezes distintas, senão opostas, dependendo da teoria abraçada (veja, por exemplo, o percurso histórico do conceito, traçado por CARDOSO, 2003). O que se conclui da leitura dos vários textos que tratam da referência é que cada filósofo ou pesquisador elabora seu aparato conceitual sobre a referência, tomando como ponto de partida pontos de vista epistemológicos diferentes e por vezes até contraditórios.

Diante desse quadro, busca-se situar brevemente o problema da referência a partir de alguns textos básicos da filosofia e da linguística.

## 1 Por uma noção filosófica de referência

Como bem observa Jackson (1998, p. 202), sempre estamos querendo nos expressar perante o mundo que nos cerca e podemos usar vários meios de fazer isso: apontando, fazendo desenhos ou pinturas, ou, de modo mais simples, se partilharmos uma língua com o interlocutor, proferindo palavras e sentenças na língua que partilhamos. Geralmente as pessoas usam palavras e conceitos para se referir às coisas (cf. SAINSBURY, 2006). No entanto, é bom lembrar aqui a advertência de Strawson: “a expressão [linguística] mesma não se refere a nada, ainda que ela possa ser utilizada, em diferentes ocasiões, para fazer referência a inúmeras coisas. [...] São as pessoas que significam [fazem referência], não as expressões. As pessoas utilizam as expressões para fazer referência a coisas particulares” (STRAWSON, [1950]1980, p. 267).

Brandom (1984) chama a atenção para dois caminhos possíveis no estudo da referência, um que diz respeito à relação que a língua estabelece *com o mundo* (*word-world*) e outro que está ligado aos processos referenciais que o autor chama de anafóricos ou intralinguísticos e que é estabelecido *entre as palavras* da língua (*word-word*).

Embora essa distinção não seja explorada aqui, ela é pertinente porque destaca duas possibilidades de tratamento da referência: um mais filosófico e outro

mais linguístico. Contudo, tal distinção não deve sugerir que haja uma separação entre as duas abordagens. Significa apenas que, dependendo da base teórica adotada e das questões levantadas, uma ou outra abordagem será mais adequada, sem, contudo, ignorar ou excluir a outra. Desse modo, neste artigo busca-se apontar algumas ideias de uma e de outra tendência, salientando a íntima relação entre as questões por elas propostas.

Para tanto, são apresentadas a seguir algumas ideias surgidas no seio da filosofia da linguagem, cujos desdobramentos foram e são bastante produtivos tanto para aquela disciplina como para os estudos da linguagem.

## 1.1 Frege: sentido e referência

A questão da referência está intimamente ligada às questões acerca do significado linguístico. Mas deve-se ao filósofo Gottlob Frege (1848-1925) a distinção de dois elementos básicos relacionados ao significado. Segundo ele, o significado deve ser estudado a partir da distinção entre *sentido* (*Sinn*) e *referência* (*Bedeutung*).

Convém observar que a principal preocupação de Frege era a criação de uma linguagem perfeita<sup>1</sup>, para a qual as línguas naturais pudessem ser traduzidas, de modo que se evitassem as ambiguidades e os problemas por elas gerados.

Para isso, Frege propõe uma teoria cuja estrutura é a mesma tanto para a aritmética quanto para o cálculo proposicional. Desse modo, pode-se traçar um paralelo entre a “linguagem” aritmética e a “linguagem” proposicional a partir da relação referencial que as entidades linguísticas estabelecem com as entidades não linguísticas. As entidades linguísticas, representadas por numerais, funtores, proposições, funções proposicionais, nomes próprios e predicados, remetem, respectivamente, às seguintes entidades extralinguísticas: números, funções, o verdadeiro/o falso, funções da verdade, objetos e conceitos.

Essas distinções inspiraram a lógica de predicados proposta por Frege, de acordo com a qual a análise deve considerar não apenas as proposições que expressam generalidades (padrão usual nos estudos da lógica clássica desde Aristóteles), mas também as proposições que asseveram algo sobre indivíduos, ou, na linguagem de Frege, sobre os “objetos”. Como resultado disso tem-se a distinção que Frege faz entre funções de primeira ordem – que são aquelas que carregam proposições acerca dos indivíduos – e as funções de segunda ordem – que são aquelas feitas com quantificadores generalizantes.

Assim, para formar uma proposição é necessário, além da função, um termo que seja seu sujeito gramatical. Para suprir essa necessidade, Frege propõe o conceito de *nome próprio*, que é definido como “qualquer expressão que esteja em

---

<sup>1</sup> A pretensão de Frege é criar uma linguagem perfeita do ponto de vista lógico.

condições de ocupar a posição de termo singular na proposição predicativa (GRAÇA, 2003, p. 11). Disso decorre que,

[...] enquanto que o valor semântico de um nome próprio implica a existência e um objeto específico que possa ser considerado como sendo esse valor, o valor semântico de um quantificador não implica a existência de qualquer objeto específico. É assim que Frege lança os fundamentos da lógica contemporânea à custa de dois conceitos, o de *objeto* e o de *função*, chamando pela primeira vez à atenção para o conceito de *nome próprio* que é [...] a expressão linguística que representa um objeto no domínio. Frege lança ao mesmo tempo os fundamentos da Semântica contemporânea, em particular aquela parte que é relativa ao problema da relação entre um nome próprio e o objeto extralinguístico que é suposto representar no mundo real. [...]. Expressões deste tipo [nomes próprios] são conhecidas pelo nome de descrições definidas, uma vez que descrevem um indivíduo por meio da especificação de predicados que correspondem a certas propriedades que ele tem. (GRAÇA, 2003, p. 11-12).

A questão derivada dessas ideias [e para a qual Frege busca uma resposta] é a seguinte: qual a diferença de conteúdo cognitivo entre  $A=A$  e  $A=B$  (considerando-se que A e B sejam dois nomes diferentes do mesmo objeto)?

A diferença de conteúdo cognitivo das duas frases reside no fato de A e B referirem o mesmo objeto mas de formas diferentes. Diz-se assim que A e B contêm dois modos diferentes de identificar o mesmo objeto, referem o mesmo objeto mas por meio da especificação de diferentes propriedades que lhe são atribuíveis com verdade. A e B têm a mesma referência mas sentidos diferentes. (GRAÇA, 2003, p. 15).

Nas palavras de Frege:

É, pois, plausível pensar que exista, unido ao sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. (FREGE [1892] 1978, p. 62).

Segundo Graça (2003, p. 15-16), “o *Sinn* [sentido] e a referência de um nome podem, em termos latos, ser caracterizados como os dois ingredientes que concorrem para a clarificação do sentido desse nome”, ou, em outras palavras, “o

sentido consiste num conjunto de predicados que correspondem às propriedades que o objeto, se existe, tem que satisfazer” (GRAÇA, 2003, p. 18). Note-se que o sentido não é determinado pela existência do objeto, apenas indica as condições que um objeto qualquer deve preencher para ser referente de um dado sentido (presente em uma expressão referencial).

Daí porque, para Frege ([1892]1978), é o sentido que determina a referência e não o contrário. Assim, é por expressar um sentido que um nome identifica sua referência em um dado domínio, e não a referência que determina o sentido, já que nesse caso, cada “objeto” só poderia ter um sentido que o identificasse.

Disso decorrem duas consequências teóricas (cf. GRAÇA, 2003, p. 16):

1. É devido ao fato de o sentido determinar a referência que é possível uma mesma referência ser identificada por mais de um sentido;

2. Além disso, pelo fato de o sentido determinar a referência, é possível conceber nomes próprios, como Papai Noel ou Saci Pererê, sem referência, mas com um sentido.

É bom lembrar também que, para Frege,

talvez possa ser assegurado que uma expressão gramaticalmente bem construída, e que desempenhe o papel de um nome próprio<sup>2</sup>, sempre tenha um sentido. Mas com isso não se quer dizer que ao sentido corresponda sempre uma referência. [...] Entender-se um sentido nunca assegura sua referência. (FREGE [1892]1978, p. 63).

Segundo Frege ([1892]1978, p. 65), “a referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos”. Desse modo, ao usarmos um nome próprio, não nos perguntamos se ele tem referência, *pressupomos* que tal referência exista (cf. FREGE, [1892]1978, p. 67). Além dos nomes próprios (expressões referenciais expressas por sintagmas nominais [SNs]), os predicados (aqui identificados com os sintagmas verbais [SVs] do tipo “... é brasileiro”) e as sentenças (frases) também têm referência. A referência dos sintagmas verbais é a classe de objetos que eles abarcam.

No caso da sentença, o sentido é identificável com a proposição ou o pensamento por ela expresso. Mesmo no caso de frase que contém expressões complexas, a referência do todo é uma função do sentido das partes, de modo que, mesmo que se substitua um termo da frase por outro que tenha a mesma referência, os sentidos expressos serão diferentes e corresponderão a pensamentos diferentes (cf. GRAÇA, 2003, p. 20). O Quadro 1 a seguir ajuda a visualizar essas relações:

---

<sup>2</sup> Frege chama de “nome próprio” a designação de um objeto singular e esta designação pode consistir de uma ou mais palavras (ou sinais) (Cf. FREGE, [1892]1978, p. 62, nota).

	<b>Expressão</b>	<b>Referência</b>	<b>Sentido</b>
Categoria	SNs referenciais	Objetos	Conceitos individuais
Exemplo:	<i>A estrela da manhã</i>	<i>Vênus</i>	<i>O conceito da estrela que é a última a desaparecer de manhã</i>
Categoria	SVs	Classe de objetos	Conceitos
Exemplo:	<i>é italiano</i>	<i>Os italianos</i>	<i>O conceito de ser italiano</i>
Categoria	Sentenças	Verdadeiro ou Falso	Proposições
Exemplo:	<i>Pavarotti é italiano.</i>	<i>Verdadeiro</i>	<i>A proposição de que Pavarotti é italiano</i>

**Quadro 1. Classificação de Frege para Sentido e Referência**

Fonte: CANÇADO, 2005, p. 85.

Convém lembrar aqui os desdobramentos que foram feitos por Russell, Strawson, Donnellan e Searle, mesmo que esses filósofos, cada um a seu modo e de pontos de vista teóricos diferentes, critique a teoria de seu predecessor e proponha novos aspectos para a teoria da referência. Para os propósitos deste artigo, são de especial interesse as ideias de Russell e Strawson, sintetizadas a seguir.

## 1.2 Russell e a referência direta

De acordo com Caudet (1999), Russell (1905), diferentemente de Frege, não considera que o sentido tenha um papel essencial na relação que se estabelece entre a expressão linguística e o objeto que ela denota. Para Russell, o mais importante é considerar que a expressão denotativa refira um objeto e que esse objeto se converte no significado, de modo que se uma expressão linguística não tem um referente, então ela carece de significado. Isso cria a necessidade lógica de existência dos objetos denotados pelas expressões referenciais.

Caudet (1999, p. 52) salienta que, para Russell, os nomes, pronomes ou descrições definidas servem para identificar objetos, seja nomeando-os, seja descrevendo-os. O conteúdo da referência consiste na identificação de um objeto e não no sentido com o qual se apresenta em uma proposição (como propunha Frege). A consequência disso é que o objeto identificado se converte em um constituinte da proposição, contribuindo, portando, para seu valor de verdade, enquanto o sentido da expressão é irrelevante para seu valor de verdade.

A teoria das descrições de Russell parte do postulado de que a forma gramatical de uma sentença não reflete sua forma lógica. Daí a necessidade de se submeterem as sentenças a uma análise lógica. O ponto de partida de Russell é a análise de frases do tipo “O atual rei da França é careca”, em que a descrição definida não possui referência. O problema lógico aqui é que tal sentença viola o princípio do terceiro excluído, ou seja, devido ao fato de não existir “o atual rei da França” esta sentença não é nem verdadeira nem falsa. Russell apresenta uma solução para esse problema realizando uma análise lógica de modo que a sentença em questão se desdobre em três outras:

S1. Existe um objeto  $x$  tal que  $x$  tem a propriedade  $P$  (ser o atual rei da França).

S2. Não existe um objeto  $y \neq x$  tal que  $y$  tem a propriedade  $P$ .

S3.  $x$  tem a propriedade  $Q$  (ser careca).

Ora, com a eliminação da descrição definida da sentença, percebe-se imediatamente a origem do problema: S1 é falsa, acarretando a falsidade de S3, já que S3 depende de S1. Além disso, Russell defende que a existência não é uma propriedade e sim um operador lógico. Os predicados supõem a existência de um objeto do qual possam ser predicados. Disso pode-se inferir que Russell considera que a existência do objeto denotado por uma expressão é o elemento fundamental de qualquer raciocínio lógico, de modo que o sentido só pode ser atribuído a algo que existe.

Embora a Teoria da Referência Direta, expressão pela qual ficou conhecida a teoria russelliana, tenha sido bastante discutida pelos estudiosos da Filosofia da Linguagem, fica patente a confusão que Russell faz entre *sentido* e *referência*, tornando suas teses bastante frágeis, ainda mais quando confrontadas com os desdobramentos linguísticos a que elas conduzem.

### 1.3 Strawson e o contexto

Strawson critica Russell e afirma que este errou quando defendeu que quem produz uma sentença do tipo “O atual Rei da França é careca” expressa uma asserção com um valor de verdade (que, nesse caso, é o falso) e que essa asserção *implica* necessariamente a existência de um indivíduo que preencha o requisito de ser rei da França. Segundo Strawson, não é possível colocar a questão de verdade ou falsidade nesses casos, ou seja, um enunciado desse tipo não é nem verdadeiro nem falso (cf. CARDOSO, 2003, p. 89).

Strawson ([1950]1980, p. 261) afirma o seguinte, acerca das expressões referenciais:

Com muita frequência utilizamos certos tipos de expressões para mencionar ou fazer referência (*refer*) a alguma pessoa individual ou objeto singular, ou a algum acontecimento em particular, ou lugar ou processo, ou fazer algo que descreveríamos, normalmente, como a execução de um enunciado (*statement*) acerca daquela pessoa, objeto, lugar, acontecimento ou processo. Chamarei esse modo de utilizar expressões de utilização referencial individualizante (*uniquely referring use*).

Apesar disso, Strawson defende que o contexto restringe e determina o valor

que uma dada expressão linguística pode tomar em determinado momento. Para ele, não são as expressões linguísticas que referem, mas são seus *usos* que têm a capacidade de mencionar ou fazer referência a algo (cf. CAUDET, 1999, p 56).

## 2 A questão da referência nos estudos linguísticos

### 2.1 A referência nos estudos semânticos

Originariamente, as questões teóricas acerca da referência surgiram no seio da lógica, sendo mais tarde incorporadas pela semântica, cuja obra de referência é *O significado do significado*, de Ogden e Richards (1956 apud ULLMANN, 1987), na qual os autores propõem o famoso modelo triádico, segundo o qual o significado é composto de três partes que podem ser dispostas em forma de triângulo (razão pela qual essa representação ter ficado conhecida como “triângulo de Ogden e Richards”), em cujos vértices estão indicadas cada uma dessas partes: *símbolo*, *o pensamento* ou *referência*, e o *referente*. (OGDEN; RICHARDS, 1956 apud ULLMANN, 1987, p. 116).

Saliente-se que Ullmann restringe o escopo da linguística, especialmente da semântica, ao afirmar que,

para um estudo linguístico do significado, o triângulo básico [de Ogden e Richards] oferece, ao mesmo tempo, de menos e demais. Demais, porque o referente, o aspecto ou acontecimento não linguístico, como tal, fica nitidamente fora do âmbito da linguística (ULLMANN, 1987, p. 117).

Desse modo, houve a tendência de não se considerar o referente nos estudos da linguagem, principalmente na área da semântica e da filosofia da linguagem.

Outro autor clássico na literatura semântica é Lyons, para quem “o termo ‘referência’ tem a ver com a relação existente entre uma expressão e aquilo que essa expressão designa ou representa em ocasiões particulares da sua enunciação” (LYONS, 1980, p. 145). Segundo este autor, “a referência é uma noção dependente do enunciado” (LYONS, 1980, p. 147) e seu estudo deve circunscrever-se aos enunciados “que se destinam a dizer-nos alguma coisa sobre uma entidade (ou entidades) ou grupos de entidades particulares” (LYONS, 1980, p. 147).

A visão de Lyons se inscreve, *grosso modo*, na perspectiva teórica segundo a qual a língua é uma representação do mundo real, cabendo aos estudos da linguagem entender como a língua representa “as coisas” extralinguísticas, e não se questiona o papel que a linguagem exerce sobre a compreensão do mundo.

Dubois et al. (2001, p. 511) anteriormente já haviam afirmado que “a referência é a função pela qual um signo linguístico se refere a um objeto de mundo extralinguístico, real ou imaginário”. Ainda, segundo esses autores,

a função referencial coloca o signo em relação, não diretamente com o mundo dos objetos reais, mas com o mundo percebido no interior das formações ideológicas de uma dada cultura. A referência não é feita com um objeto real, mas com um objeto de pensamento. (DUBOIS et al, 2001, p. 511).

Mesmo assumindo que a relação entre a língua e o mundo não é feita de maneira direta, como uma etiquetagem, e mencionando que o referente não é um objeto real e sim a percepção deste, influenciada pela cultura, esses autores não vão além disso em sua afirmação e não indicam como se constroem os referentes por meio da linguagem, ou como estes se relacionam com o mundo e com a língua.

Já Trask (2004, p. 251), em sua definição de referência, assevera que referência é

a relação entre uma expressão linguística e alguma coisa que ela seleciona no mundo real ou conceitual. Uma expressão linguística que *refere a* ou aponta para alguma coisa no mundo linguístico é uma ***expressão referencial***” (grifos do autor).

Como se pode depreender da citação acima, Trask afirma que a referência estabelece relação entre uma expressão linguística e algo no mundo (real ou conceitual). No entanto, prosseguindo em sua definição de referência, afirma que “a referência está inteiramente na cabeça do falante”, motivo pelo qual a mesma expressão pode ser ora uma expressão referencial, ora não. Desse modo, Trask acaba assumindo a ideia oposta àquela afirmada inicialmente e reconhece que a referência não é uma relação direta entre as formas linguísticas e o mundo, e sim a relação daquelas com o que é *pensado sobre* o mundo, ou seja, com aquilo que os falantes “projetam” em suas mentes quando usam a língua. No entanto, assim como Dubois et al (2001), Trask não explica em que consiste esse referente que está na cabeça do falante, deixando, desse modo, vaga a noção de referência e a relação entre linguagem e mundo.

Vejamos outros conceitos de “referência”:

a) Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 418) asseveram que

*As noções de referência e de referente* não devem ser confundidas. A **referência** designa a propriedade do signo

linguístico ou de uma expressão de remeter a uma realidade. O **referente** é a realidade que é apontada pela referência. (Grifos do autor).

b) Frege ([1892] 1978, p. 65) propõe que “A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos”.

c) Para Cardoso (2003, p. 163),

O referente do discurso não é a realidade, mas aquilo que o discurso institui como realidade. O referente, sendo aquilo de que se fala, não deve ser confundido com o objeto real, mas também não se confunde com os sentidos da linguagem. Embora inscrito no discurso, ele sempre se coloca como o real, numa relação dinâmica, dialética com o discurso. O discurso até pode promover à existência entidades que podem não existir objetivamente, mas, ainda nesse caso, o referente coloca-se como o real, em confronto com o discurso. Isto equivale a dizer que o fim da palavra está sempre voltado para um exterior, ou seja, o valor da palavra, a sua verdade, depende de uma realidade que se apresenta como independente dos discursos que são produzidos acerca dela, mesmo quando essa realidade já está inscrita neles. (Grifos da autora).

d) Já Bach (2004a, p. 2) propõe o seguinte:

Por “referência” eu considerarei apenas a referência singular (não considerarei se termos gerais referem e, caso afirmativo, a que se referem), e quando descrevo um uso não-referencial, não entenderei que a referência falha e sim que não se tenta referir.<sup>3</sup>

e) Sainsbury (2006, p. 1) assevera o seguinte:

As pessoas usam palavras e conceitos para se referirem às coisas. Há agentes que se referem, há atos de referir, e há instrumentos com os quais se refere: palavras e conceitos. Referência é uma relação entre pessoas e coisas, e também entre palavras ou conceitos e coisas, e talvez ela envolva todas as três coisas ao mesmo tempo (Eu me refiro a Aristóteles usando a

---

<sup>3</sup> By ‘reference’ I will mean singular reference only (I will not be considering whether general terms refer and, if so, to what), and when I describe a use as nonreferential, I will not mean that reference fails but that there is no attempt to refer.

palavra “Aristóteles”). Ela não é apenas alguma relação entre uma ação ou palavra e uma coisa; a lista de coisas que podem referir, pessoas, palavras e conceitos, provavelmente não é completa (cenas de um filme mais recente podem fazer referência a cenas de um filme menos recente); e uma explicação completa deveria falar dos casos nos quais a relação de referência pareça envolver três termos de modo diferente daquele que mencionei acima. Na filosofia da linguagem, tem sido tradição pensar a referência como uma relação de dois lugares, com algum objeto como o segundo termo e com uma palavra ou frase como primeiro. Mesmo se alguém acreditasse que uma tal relação ganha existência graças às atividades referenciais do falante, alguém dificilmente nega o que ela alcança.<sup>4</sup>

## 2.2 A construção discursiva da referência

Ante as várias concepções de referência até aqui apresentadas, convém apresentar também a discussão que Ducrot (1984) empreende sobre o estatuto do *referente*, em seu artigo “Referente” (DUCROT, 1984), que parte da consideração inicial de que “qualquer enunciado, seja de que tipo for, trata (ou melhor pretende tratar) de um universo diferente daquilo que se declara pensar ou desejar acerca dele.” (DUCROT, 1984, p. 418).

No entanto, embora reconheça que não se pode fugir à exigência segundo a qual a palavra deve conter uma alusão a uma exterioridade, Ducrot afirma também que “a palavra, embora declarando-se senhora da realidade, reconhece a realidade como algo que lhe é exterior” (DUCROT, 1984, p. 419).

E é neste ponto de seu texto que insere sua teoria acerca da referência:

Mas, desde que haja um ato de fala, um dizer, há uma orientação para aquilo que não é o dizer. É a esta orientação que podemos chamar “referência”, chamando “referente” ao mundo

---

<sup>4</sup>People use words and concepts to refer to things. There are agents who refer, there are acts of referring, and there are tools to refer with: words and concepts. Reference is a relation between people and things, and also between words or concepts and things, and perhaps it involves all three things at once (I refer to Aristotle using the word “Aristotle”). It is not just any relation between an action or word and a thing; the list of things which can refer, people, words and concepts, is probably not complete (scenes in more recent movies can refer to scenes in less recent movies); and a complete account would need to speak of cases in which the reference relation seems to involve three terms in a different way from the one already mentioned (for such uses, *I refer you to the OED*). In the philosophy of language, it has been customary to think of reference as a two place relation, with some object as the second term and a word or phrase as the first. Even if one believes that any such relation comes into existence thanks to the referential activities of speakers, one can hardly deny that it obtains.

ou objeto que ela pretende descrever ou transformar. (DUCROT, 1984, p. 419).

Não se contentando com essas definições, Ducrot especifica seu ponto de vista e acrescenta a seguinte explicação (entre parênteses no original): “(O referente de um discurso não é, assim, como por vezes se diz, a realidade em si mas sim a *sua* realidade, isto é, o que o discurso escolhe ou institui como realidade)”. (DUCROT, 1984, p. 419).

Salienta, ainda, o estatuto ambíguo do referente, que, ao mesmo tempo em que é exterior ao discurso, é instituído por este. Desse modo, se é o discurso que constitui seu referente, não há a possibilidade de o referente, no confronto com o discurso que fala sobre ele, desmentir (falsear) o que o discurso diz.

Tomando como exemplo desse paradoxo o conceito filosófico de “objetivo” e uma peça de Pirandello, Ducrot afirma: “eu poderia apresentar o referente do meu discurso como exterior a ele se pensasse que o meu discurso era o único que poderia dizer-lhe respeito” (DUCROT, 1984, p. 420). E ainda:

a palavra, ao exigir ser posta em relação com um real que lhe é exterior, impede a concepção deste real como sendo diferente da imagem que dele é dada. A realidade é muda se não for o referente de um discurso e, se o for, parece condenada a refleti-lo. (DUCROT, 1984, p. 421).

Tem-se, assim, que a realidade se nos apresenta *a partir* dos discursos que sobre ela são proferidos e não há como ter “acesso direto” ao referente, já que é no interior do discurso que ele é constituído, não existindo *referentes* fora do discurso, pois quando se profere um enunciado não se fala *o* referente, mas se fala *sobre o* referente, como algo refratado que só existe em função de *um outro*, mas que não é o outro.

Ducrot reconhece que Frege (1978), ao estabelecer a distinção entre sentido e referência, tenta solucionar esse paradoxo, no entanto sem sucesso. Isso porque, segundo Ducrot, embora o sentido se coloque entre a expressão linguística e a coisa a que ela refere, ele [o sentido] não se separa de forma absoluta do referente, já que em alguns casos o próprio sentido de uma expressão referencial torna-se constituinte do referente ao qual remete. Aqui, Ducrot se aproxima de Russell, que, conforme apresentado acima, coloca o referente como determinante do significado, em detrimento do sentido.

A conclusão final a que chega Ducrot em seu artigo é a de que o referente acaba sendo afinal de contas indizível, no sentido de que ele só é em relação ao discurso que *o diz* e não é possível dizer o referente por meio de outro discurso, pois, pelo fato de ser outro discurso, também seu referente é outro, pois o referente é constituído *no e pelo* discurso.

Essa posição de Ducrot, ao defender que toda referência é construída discursivamente, ou seja, que a referência é sempre uma autorreferência discursiva, pode ser considerada em linhas gerais incluída no que Cardoso (2004) chama de “posição radical dos pós-modernos e antirrealista”, embora esta autora não afirme isso explicitamente. Posição defendida pela autora – e com a qual se concorda neste artigo – é a de que

o “real” existe antes e independentemente do discurso, podendo-se considerar o “real” como o conjunto específico de práticas que oferecem a *razão* (não a *causa*) para o que se diz e que constituem seu referencial. Essas práticas são transformadas interpretativamente. O *referencial*, nessa perspectiva, pode ser tomado como a situação socioeconômica total, e os interesses que essa contém são *significados* de muitas maneiras diferentes pelos discursos. A linguagem então *trabalha* sobre a situação “real” de maneiras transformadoras. (CARDOSO, 2004, p. 119, grifos da autora).

Nessa mesma linha de pensamento, a autora defende que os discursos, necessariamente ideológicos, não são causados pela situação material e nem a governam, o que eles fazem é trabalhar sobre a situação material de forma transformadora. Nesse sentido, Foucault (1996) sugere que o sujeito não é a origem do discurso, já que se insere em um dado discurso, historicamente anterior a ele.

### 2.3 A Linguística Textual: da referência à referenciação

Seguindo a proposta de Brandon (1984) em relação aos modos de tratamento da referência, até aqui discutiu-se a relação que a língua estabelece com o mundo (*word-world*). Complementar a essa abordagem, há o tratamento da referência a partir de uma perspectiva intralinguística, ligada aos processos referenciais anafóricos, estabelecidos entre as palavras da língua (*word-word*) (cf. BRANDON, 1984).

Apesar das várias possibilidades de tratamento dessa relação intralinguística entre as palavras, optou-se, neste artigo, por iniciar essa discussão reportando ao trabalho de Mondada e Dubois ([1995] 2003), que chamam a atenção para o fato de que o conhecimento científico se funda sobre a concepção de que o poder referencial da linguagem é legitimado por uma ligação direta entre as palavras e as coisas. Essa visão, segundo Mondada e Dubois, pressupõe um mundo autônomo e discretizado, de modo que cabe às representações linguísticas ajustarem-se adequadamente a ele.

Mondada e Dubois ([1995] 2003), ao discordarem da concepção especular de referência, questionam os próprios processos de discretização e deslocam a atenção do problema das entidades da língua, do mundo e da cognição para a análise dos processos que a constituem, assegurando a essas entidades uma evidência e uma

estabilidade mais ou menos grandes (cf. DUBOIS [1995]2003, p. 20).

E, prosseguindo seu raciocínio, as autoras defendem a ideia de que

O problema não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo. Em outros termos, falaremos de *referenciação*, tratando-a, assim como à categorização, como advinda de práticas simbólicas mais que de uma ontologia dada (DUBOIS [1995]2003, p. 20)<sup>5</sup>.

Ao questionarem os processos de discretização e de estabilização do mundo, Mondada e Dubois optam pelo termo “referenciação” em substituição a “referência”, tradicionalmente usado. A *referência* passa, assim, a ser considerada em termos de objeto de discurso, que é concebido por Mondada (1994 apud KOCH, 2004, p. 79) do seguinte modo:

O objeto de discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-a com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em novas configurações, bem como articular-se em partes suscetíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. O objeto se completa discursivamente.

Mondada e Dubois ([1995] 2003) partem do pressuposto teórico de que há uma instabilidade generalizada da relação entre as palavras e as coisas e propõem: (i) mostrar como as categorias são geralmente instáveis, variáveis e flexíveis; (ii) analisar essas instabilidades como inerentes aos objetos de discurso e às práticas e como “estando ligadas às propriedades intersubjetivamente negociadas das denominações e categorizações no processo de referenciação.” (MONDADA; DUBOIS, [1995]2003, p. 22).

Como decorrência dessa postura teórica, as autoras defendem que as categorias são construídas historicamente a partir da instabilidade das relações entre as palavras e as coisas e que a aplicação de tais categorias deve-se não a uma configuração do mundo feita prévia e autonomamente, mas às necessidades dos “atores sociais” em contextos específicos. Daí a importância de se investigar não a adequação dos nomes utilizados, mas a descrição dos procedimentos (linguísticos e sociocognitivos) de que os atores sociais se utilizam para se referirem uns aos outros e ao contexto, o que torna a categorização (e a referenciação) dependente da pragmática da enunciação, mais do que da semântica dos objetos.

<sup>5</sup> Os destaques (itálicos e negritos) no corpo das citações foram feitos pelos autores dos textos citados.

Desse modo, Mondada e Dubois ([1995] 2003) defendem a posição teórica segundo a qual a organização das categorias opera-se em um *continuum*, em que se pensa em casos típicos e não em termos de fronteiras nítidas entre uma categoria e outra, o que leva à concepção de “categorias evolutivas”. Isso assegura a plasticidade linguística e cognitiva das categorias e garante sua adequação contextual e adaptativa.

Mondada e Dubois argumentam ainda que

a ‘estabilidade’ resulta, de fato, de um ponto de vista realista que relaciona as categorias às propriedades do mundo – como se a objetividade do mundo produzisse a estabilidade das categorias – no lugar de relacioná-las aos discursos sócio-históricos e aos procedimentos culturalmente ancorados. (MONDADA; DUBOIS, [1995]2003, p. 27).

Daí afirmarem que as categorias, longe de serem evidentes ou dadas de uma vez por todas, são mais o resultado de reificações práticas e históricas de processos complexos, de modo que a referência adequada num dado contexto é o resultado da utilização de diferentes denominações (categorizações), em que uma não descarta a anterior, mas, ao contrário, dá elementos para que os interlocutores formem uma referência o mais adequada possível às suas necessidades.

Mas a categorização, segundo as autoras, não é apenas fruto de uma ação social, ela é uma atividade constante também no nível individual, pois a atividade cognitiva dos indivíduos não se restringe apenas à identificação e ao reconhecimento de objetos preexistentes.

Tendo defendido que a categorização não é dada *a priori* para os sujeitos, Mondada e Dubois ([1995] 2003) postulam uma concepção de referenciação pensada como um processo de construção de objetos de discurso, ou seja, como “objetos cuja existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas” (MONDADA; DUBOIS, [1995]2003, p. 35). O que não significa que, apesar de postularem a instabilidade das categorias, defendem a ideia segundo a qual as descrições sejam caóticas ou desordenadas, pois os sujeitos possuem estruturas, especialmente relacionadas à memória, que possibilitam a estabilização do mundo, ou mesmo a construção dos objetos de discurso, a partir de certos princípios gerais.

Dentre os processos de estabilização no nível psicológico, as autoras enfatizam a prototipicidade, defendida por Rosch (1978 apud MONDADA; DUBOIS, [1995] 2003), já que os protótipos são concebidos como construções dinâmicas mais que como representações estabilizadas. Do ponto de vista linguístico, observam Mondada e Dubois ([1995] 2003), “os nomes enquanto rótulos correspondem aos protótipos e contribuem para sua estabilização ao curso de diferentes processos” (MONDADA; DUBOIS, [1995]2003, p. 42), já que, num primeiro momento, eles correspondem às unidades discretas da língua, e num

segundo momento a nomeação do protótipo passa a ser compartilhada socialmente e torna-se uma representação coletiva, chamada geralmente de estereótipo.

Embora os processos de estabilização dos protótipos através da nomeação propostos por Rosch (1978) forneçam elementos importantes para a análise da categorização, Modada e Dubois ([1995] 2003) fazem duas críticas gerais a essa teoria: a primeira diz respeito ao fato de tal teoria conceber a língua como uma nomenclatura, o que não combina com a teoria da referenciação assumida acima; a segunda diz respeito à necessidade de considerar a evolução dos protótipos e das significações das palavras para estereótipos a partir de uma estabilização intersubjetiva e não como um processo puramente subjetivo, como sugere Rosch. Ainda mais, os processos discursivos podem tanto estabilizar como desestabilizar certas categorias colocadas em funcionamento na linguagem, além de propor e corrigir, especificar e convencionalizar os usos categoriais. Segundo as autoras, a anáfora é um dos procedimentos que propiciam esta flexibilidade no uso das categorias.

Um importante processo de estabilização, para o qual as autoras chamam a atenção, é a inscrição, pois, como tem constantemente demonstrado a ciência, em especial, textos e inscrições visuais mais complexos têm o poder de estabilizar os fatos, que, assim, resistirão às desestabilizações possíveis da controvérsia, terminando por se impor como sendo evidentes e por tornarem-se referentes estáveis da ciência. Acrescente-se que, embora essa estabilização seja mais patente em textos científicos, assume-se neste trabalho que o mesmo ocorre – talvez em grau menor – em outros gêneros de texto, como, por exemplo, textos jornalísticos.

Tendo em vista as noções até aqui mencionadas, a questão da referência pode ser colocada nos seguintes termos:

A análise consequente dos processos de referenciação que participam da constituição de um mundo discretizado, dotado de factividade e fazendo sentido, transforma radicalmente a questão da referência: no lugar de se referir a uma ordem de mundo ideal e universal e à sua nomeação, tentamos explicitar os diferentes níveis nos quais a referência é produzida pelos sistemas cognitivos humanos, utilizando uma ampla variedade de dispositivos e de restrições, aqueles das línguas naturais. A entrada é o reconhecimento do papel central das práticas linguísticas e cognitivas de um sujeito “envolvido”, social e culturalmente ancorado, assim como da multiplicidade, mais ou menos objetivada, mais menos solidificada, das versões do mundo que elas produzem. (MONDADA; DUBOIS, [1995] 2003, p. 49).

Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, Koch e Marcuschi (1998) postulam que a expressão “referência” passe a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral (aqui representada por LYONS,[1977]

1980), pois consideram que referir não é uma atividade como “etiquetar” um mundo existente, indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva – por isso a mudança na terminologia, de acordo com a qual o termo “referência” passa a ser substituído por “referenciação” – de tal modo que os “referentes” passam a ser chamados “objetos de discurso” e não são considerados como realidades independentes da linguagem (cf. MONDADA; DUBOIS [1995] 2003). Esses objetos de discurso, conforme postula Koch (2002b),

são dinâmicos, ou seja, uma vez introduzidos, podem ser modificados, desativados, transformados, recategorizados, construindo-se, por esta via, os sentidos no curso da progressão textual. (KOCH, 2002b, p. 9).

Essa virada na maneira de conceber a referência e o referente decorre da pressuposição da instabilidade referencial e categorial do mundo e faz com que a referência seja considerada como resultado da atividade que o falante realiza quando, para designar, representar ou sugerir algo, usa uma expressão linguística ou cria uma situação discursiva referencial com essa finalidade (KOCH, 2002).

Marcuschi e Koch (1998, apud KOCH, 2002), contudo, advertem:

Isto não significa negar a existência da realidade extra-mente, nem estabelecer a subjetividade como parâmetro do real. Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Também não se postula uma reelaboração subjetiva, individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. (MARCUSCHI; KOCH, 1998 apud KOCH, 2002, p. 5).

A partir das noções aqui esboçadas acerca da categorização e da referenciação, pode-se depreender duas consequências gerais: a primeira diz respeito ao fato de que tanto as categorias como os referentes são, antes de tudo, construções sociocognitivas e não mera apreensão do real. Em segundo lugar, como resultado da primeira, é por meio do “comportamento linguístico” que os processos sociocognitivos envolvidos no modo de referir se manifestam. Em outras palavras, é por meio da discursivização que o sujeito tem acesso ao mundo.

A instabilidade referencial e categorial se faz presente e se manifesta nos usos que o falante faz da linguagem a cada instante, por meio de um processamento estratégico do discurso, já que os sujeitos realizam escolhas significativas, conforme

as necessidades surgidas na interação (KOCH, 2002). Por essa razão considera-se que

A discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informações, mas de (re)construção do próprio real. Ao usar e manipular uma forma simbólica, manipulamos também a estrutura da realidade de maneira significativa (KOCH, 2002, p. 10).

Além do aspecto da elaboração das informações, há também o aspecto interpretativo das mesmas. Nesse sentido, Koch (2002) enfatiza que a interpretação de uma expressão referencial não consiste simplesmente em localizar um segmento linguístico ou um objeto no mundo, mas sim, um objeto, ou melhor, alguma informação introduzida anteriormente na memória discursiva (ou modelo textual).

A autora chama a atenção para o fato de que o processamento textual se dá numa constante oscilação entre os movimentos para frente (projetivo) e para trás (retrospectivo), num jogo entre a informação dada e a informação nova. Tradicionalmente, nos estudos do texto, esses movimentos são indicados linguisticamente por meio da remissão anafórica e da remissão catafórica, que se realizam de vários modos, dentre os quais podemos destacar: uso de pronomes, uso de expressões nominais definidas e uso de expressões nominais indefinidas.

## Considerações finais

É quase um truísmo afirmar que o estudo da referência, seja ele mais assentado na filosofia (especialmente a filosofia da linguagem e na lógica), seja circunscrito ao âmbito da linguística (em suas várias disciplinas – semântica, linguística textual, psicolinguística, etc.), demanda uma gama de leituras bastante vasta e nem sempre passível de uma síntese adequada.

Considerando este aspecto problemático do estudo, cremos ter ao menos apontado questões pertinentes ao estatuto atual da questão da referência, salientando algumas delas, especialmente aquelas que dialogam mais diretamente com os estudos linguísticos atuais, a saber, a relação entre o sentido, a referência e o referente.

Cumpramos salientar ainda que, mesmo em face da diversidade teórica, a noção de referência é de crucial importância para os estudos da linguagem, principalmente aqueles desenvolvidos atualmente no seio da Semântica e da Linguística Textual, já que tais disciplinas buscam solucionar o problema da constituição da referência pelos sujeitos falantes, opondo-se à concepção especular da língua. E já que a referência é constituída discursivamente e em relação direta com um projeto não só de dizer mas de persuadir em algum grau, refletir sobre a referência é o ponto de

partida para qualquer estudo da linguagem que a tome como um modo de constituição das representações que o falante constrói acerca de si e do mundo.

## Referências

BACH, Kent. On referring and not referring. In: *UCom Semantics Workshop*, May 21-22, 2004. Disponível em: <<http://userwww.sfsu.edu/edu/~kbach>>. Acesso em: 19 maio 2007.

BRANDOM, Robert. Referene Explained Away. *The Journal of Philosophy*, v. 81, n. 9, p. 469-492, set. 1984.

CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

CAUDET, Maria Amparo Alcina. *Expresiones referenciales. Estudio semantico del sintagma nominal*. Tese (Doutorado em Filologia) – Universidade de Valencia, Valencia, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, [1973]2001.

DUCROT, Oswald. Referente, In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 2. Linguagem e Enunciação. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1984. p. 418-438.

FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978. (Edição original: 1979-1904).

GRAÇA, Adriana Silva. *Referência e denotação: um ensaio acerca do sentido e da referência de nomes e descrições*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

KOCH, Ingedore G. Villaça. A construção dos objetos-de-discurso. *ALED: Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 2, n. 1, p. 7-20, 2002.

\_\_\_\_\_. *Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. ; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA*, v. 14, número especial, p. 169-190, 1998.

JACKSON, Frank. Reference and description revisited. *Noûs*, v. 32, suplemento (Philosophical Perspectives), p. 201-218, 1998.

LYONS, John. *Semântica I*. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, [1977]1980.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Projeto de pesquisa *Referenciação e atividade inferencial no processamento textual*. Recife, PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2001. (Mimeo).

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, [1995]2003. p. 17-52.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. *Semântica formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SAINSBURY, Mark. The essence of reference. IN: LEPORE, Ernest; SMITH, Barry C. (Ed.). *The Oxford handbook of philosophy of language*. New York: Oxford University Press, 2006. p. 393-421. Disponível em: <<http://homepage.mac.com/markainsbury/FileSharing3.html>>. Acesso em: 19 maio 2007.

SIMPSON, Thomas Moro. *Linguagem e significado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves / São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

STRAWSON, Peter Frederick [1950]. Sobre referir. In: RYLE, Gilbert; AUSTIN, John Langshaw; QUINE, Willard Van Orman; STRAWSON, Peter Frederick. *Ensaaios*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 261-280.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, [1997] 2004.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, [1964]1987.

*Recebido em 15 de novembro de 2012.*

**MARCO ANTÔNIO ROSA MACHADO**

Professor do curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás (UEG - Anápolis). Mestre e doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: machadorvd@yahoo.com.br.